

**GRUPO DE TRABALHO  
PARA ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DOS  
INCÊNDIOS FLORESTAIS**

**5 de fevereiro de 2014**

**(2.<sup>a</sup> Audição)**

## **SUMÁRIO**

*O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho, Vice-Presidente Guilherme Silva, deu início à audição eram 11 horas e 30 minutos.*

*Às perguntas formuladas pelos Srs. Deputados Maurício Marques (PSD), João Ramos (PCP), Helena Pinto (BE) e Isabel Oneto e Miguel Freitas (PS) respondeu o Sr. Dr. Fernando Curto (Presidente da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais).*

*O Sr. Coordenador encerrou a audição eram 12 horas e 34 minutos.*

O Sr. Coordenador (Guilherme Silva): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 11 horas e 30 minutos.*

Antes de mais, quero agradecer à Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais, na pessoa do Dr. Fernando Curto, a disponibilidade para vir aqui, a este Grupo de Trabalho, bem como o documento que teve a amabilidade de disponibilizar e dizer que, como é óbvio, este Grupo de Trabalho tem como finalidades essenciais identificar eventuais constrangimentos dos artigos que necessitem de correção, atualização e inovação, de modo a que possamos ajudar a ser mais eficaz a prevenção e o combate aos incêndios florestais, e também medidas que possamos recomendar ao Governo, no sentido da sua implementação, com a mesma finalidade.

Tivemos de ser seletivos, por razões de tempo, relativamente às entidades que queríamos ouvir diretamente, mas, como é óbvio, a Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais não podia deixar de ser uma das entidades selecionadas, pois sabemos bem da sua importância, do contributo que tem dado a esta matéria e do contributo que pode dar ao nosso trabalho.

Agradeço também a compreensão da Associação pelo facto de ajustarmos a reprogramação deste trabalho.

O método que vamos seguir é o de os vários grupos parlamentares usarem da palavra, para colocarem as suas questões, e em seguida o Sr. Presidente da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais usará da palavra para responder.

Assim, vou dar a palavra, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado Maurício Marques, para colocar as suas questões, mas, antes, peço um certo esforço de síntese, dado o tempo de que dispomos, reduzindo talvez para 3 minutos o tempo de que cada grupo parlamentar disporá.

Tem a palavra, Sr. Deputado Maurício Marques.

O Sr. Maurício Marques (PSD): — Sr. Coordenador, Sr. Presidente da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais, começo por cumprimentá-lo e agradecer o seu contributo.

Não vou perder muito tempo com questões que não têm grande importância e, atendendo ao poder de síntese que me foi sugerido, vou a questões concretas. E, em termos de questões concretas, visto que estamos na presença de uma associação nacional de bombeiros, vou restringir-me apenas ao combate, ou seja, vou deixar de parte a questão do ordenamento da floresta e do combustível na floresta.

Gostaria, pois, que o Sr. Presidente, dadas as nossas competências legislativas e de recomendações ao Governo, nos ajudasse a contribuir para melhorar, efetivamente, o combate. E, em matéria de combate, tenho duas ou três questões relativamente curtas para lhe colocar, a primeira das quais é a seguinte: quais as dificuldades que os bombeiros têm na movimentação de forças para o teatro de operações? Temos verificado, até por aquilo que aqui foi dito pela pessoa ouvida antes do Sr. Presidente — e temos consciência disto —, que, muitas vezes, quando há necessidade de movimentação, os bombeiros chegam ao teatro de operações completamente exaustos, até porque também demoram muito tempo a chegar. De que forma é que poderemos melhorar isto?

Depois, foi aqui suscitada uma outra questão: sabemos que os equipamentos de combate, muitas vezes, demoram muito tempo a chegar

ao teatro de operações. Pergunto-lhe, pois, se será necessário que todas as corporações levem meios de combate aos fogos, ou seja, até que ponto é que os meios locais e mais próximos podem, com outras forças, permitir o combate aos fogos. Sei que se coloca uma questão logística, que é a dos operadores, mas gostava de saber até que ponto é que se poderia fazer a movimentação apenas de forças humanas, e não técnicas, para o combate.

Uma outra questão que lhe coloco tem a ver com as máquinas de rastos. Até que ponto é que deveríamos aumentar significativamente o esforço financeiro para aquisição de máquinas de rastos, de modo a que estivessem mais disponíveis e permitissem um melhor ataque aos fogos florestais?! Isto até, muitas vezes, em detrimento dos meios aéreos, porque, efetivamente, o que enche a comunicação social são os meios aéreos, no fundo, são os números, mas há equipamento pequeno que, de facto, não é utilizado.

Temos vindo também a suscitar a questão da utilização do fogo controlado e a deficiência que existe, em termos de pessoas preparadas para utilizar o fogo como arma de combate aos próprios fogos florestais. Gostava de saber até que ponto é que podemos melhorar o uso do fogo controlado para ataque aos fogos florestais.

O Sr. Coordenador: — Com o mesmo pedido de esforço de síntese, tem a palavra o Sr. Deputado João Ramos.

O Sr. João Ramos (PCP): — Sr. Coordenador, Sr. Presidente da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais, cumprimento-o, em nome do Grupo Parlamentar do PCP.

Quero colocar-lhe um conjunto de quatro ou cinco questões, de forma muito rápida, a primeira das quais tem a ver com a formação dos

bombeiros. Esta é uma das matérias que tem sido discutida e sobre a qual ouvimos preocupações, quando reunimos com a estrutura da Autoridade Nacional de Proteção Civil, onde também estão representados os bombeiros. Sem ter dúvida relativamente à qualidade da formação da Escola Nacional de Bombeiros, parece que há problemas entre aquilo que é a formação e, depois, o treino dos bombeiros, a continuidade dessa formação. Gostava, pois, de ouvir uma palavra sobre isso.

Outra questão que lhe coloco diz respeito à articulação de meios. Há diversos meios a atuar no terreno, designadamente os bombeiros voluntários, o corpo especial de bombeiros, as equipas de sapadores florestais, um conjunto de equipas de diferentes entidades. Gostava de saber como é que essas articulações funcionam, porque também já ouvimos, muitas vezes, no âmbito destas audições, que há coisas que não correm muito bem e que as equipas que chegam, na passagem, nem sempre respeitam as que estão no terreno, pondo-as até em risco.

Relativamente aos apoios e meios que estão disponíveis, conhecemos algumas dificuldades, por exemplo, no que diz respeito ao financiamento para a aquisição quer de meios individuais, quer de veículos, e procedimentos que são complexos e demorados. Por exemplo, este verão, assisti a uma situação de uma viatura que estava num quartel, num sítio que ardeu, e a viatura não podia sair, porque aguardava a vistoria da entidade financiadora dos programas comunitários. Neste caso, tudo ao lado se encontrava a arder e a viatura estava guardada, até porque uma parte da verba para o financiamento é retida, enquanto não for feita a vistoria. Portanto, peço-lhe uma apreciação geral sobre isto.

Outra questão que lhe suscito tem a ver com o abandono do mundo rural e a forma como isto se cruza com os incêndios, na perspetiva dos bombeiros. Sei que esta é uma matéria de ordenamento do território e

também pode ser uma matéria de política florestal, mas, na perspetiva de quem combate, de quem tem de ir apagar o fogo, como é que estas coisas influenciam até, desde logo, também, os meios humanos que há no território para o combate aos fogos.

Por fim, peço-lhe uma apreciação geral sobre a política e o ordenamento florestal. Temos a ideia de que grande parte destes problemas se prende com isto, ou seja, com a forma como fazemos e ordenamos a floresta em Portugal, mas gostava de saber a perspetiva de quem está no terreno e tem de lidar com o problema. Que implicações efetivas tem sobre o combate e o desenvolvimento de ações, a forma como fazemos floresta em Portugal?

O Sr. Coordenador: — Tem, agora, a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Pinto.

A Sr.<sup>a</sup> Helena Pinto (BE): — Sr. Coordenador, Sr. Presidente da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo e agradecer os contributos que, com certeza, trará para o nosso trabalho.

A Associação entregou, ontem, um *dossier* completo a este Grupo de Trabalho. É um *dossier* que dará algum trabalho a analisar, já que tem várias áreas, mas, como calcula, de ontem para hoje, não foi possível analisá-lo.

No entanto, fui direta ao ponto 3 do vosso *dossier*, porque penso que é, eventualmente, aquele que interessará mais a este Grupo de Trabalho. Embora todos os pontos sejam importantes, o das falhas ao nível político — é assim que caracterizam o capítulo do vosso *dossier* — será, porventura, o que interessará aprofundar mais a este Grupo de Trabalho,

porque daqui poderão ou não sair algumas alterações legislativas ou recomendações de funcionamento, enfim, muita coisa, e é isso que pretendemos.

Portanto, não vou demorar muito nem repetir as questões que já foram colocadas pelos Srs. Deputados, mas quero pedir-lhe que se debruce um pouco sobre o conjunto de medidas que propõem a nível político e que, aliás, não são tão poucas como isso, são várias, desde a definição da estratégia, a definição do número mínimo de elementos que compõem os SMPC (Serviços Municipais de Proteção Civil), etc., a divisão geográfica e tudo o mais.

Pergunto-lhe também se tem havido algum debate entre as diversas associações de bombeiros e a Autoridade Nacional de Proteção Civil, isto é, se este assunto, que, para vós, está tão bem tratado e já sistematizado, tem sido objeto de algum debate neste setor e se tem ou não havido alguma evolução, porque me parece que, provavelmente, todos esses aspetos interessarão a este Grupo de Trabalho. Por exemplo, em relação à última medida que propõem neste ponto, que é a definição do financiamento das autarquias com bombeiros profissionais, o que é que está a falhar? Sei que não são só as autarquias que têm aqui um papel, o Governo também tem, mas, de facto, a minha solicitação vai no sentido de saber até que ponto pode aprofundar mais este conjunto de matérias, quer as falhas, quer as propostas que têm, ao nível político, para tudo o que envolve o vosso trabalho e a questão dos incêndios.

O Sr. Coordenador: — Tem, agora, a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Oneto, a quem peço, igualmente, um esforço de síntese, dado o adiantado da hora.



A Sr.<sup>a</sup> Isabel Oneto (PS): — Sr. Coordenador, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Dr. Fernando Curto, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e em meu nome pessoal.

As questões que têm sido aqui debatidas, relativamente à parte operacional do combate aos incêndios florestais, que é a temática que aqui temos, prendem-se muito com formação, apoio logístico, cadeia de comando e operacionalização, no fundo, a aplicação do SIOPS (Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro) no terreno. São questões que, provavelmente, têm de ser ponderadas e refletidas, tentando nós aprender com o conjunto de incidentes que ocorreram no ano passado e que vitimaram oito pessoas. E gostava de saber se houve alguma alteração ou está a haver alguma alteração que justifique essas situações, que tenha dado causa a essas situações, sendo que, relativamente à parte de coordenação e decisão política, aquilo que se verifica, aliás, é referido no vosso trabalho, é que os planos municipais e os planos distritais de emergência não são acionados, o que dificulta a utilização de meios e recursos que deveriam estar identificados e, muitas vezes, não são utilizados.

Peço-lhe, pois, uma reflexão sobre todas as componentes que, no fundo, envolvem a parte operacional, porque os planos municipais, depois, têm a parte estrutural, e, portanto, sobre tudo o que tem a ver com o sistema de gestão de emergência, o sistema de gestão de crises e de que forma é que estão a ser, efetivamente, implementados no terreno.

O Sr. Coordenador: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Relator, Miguel Freitas.

O Sr. Miguel Freitas (PS): — Sr. Coordenador, antes de mais, quero cumprimentar o Sr. Comandante.

Coloco-lhe apenas três ou quatro questões muito concretas, de forma breve.

Em primeiro lugar, gostava de saber se a sua organização tem um retrato da adequação de meios por distrito, relativamente às corporações de bombeiros. E, se não tiver uma resposta pronta, gostava de saber se me pode fornecer a posição da sua Associação relativamente a isso, porque, no documento muito bem elaborado que nos enviou, critica a movimentação de meios, aliás, questiona o custo da movimentação de meios, dos GRUATA (Grupos de Reforço de Ataque Ampliado) e dos GRIF (Grupos de Reforço aos Incêndios Florestais), e propõe a criação de uma força especial de bombeiros a nível nacional. Portanto, queria que me comentasse essa questão, no quadro da adequação de meios.

A segunda questão tem a ver com a formação/escola. O Sr. Comandante dá muita importância à questão da Escola Nacional de Bombeiros, considerando, inclusivamente, que não está bem dirigida, no sentido de que não deve ser a Liga de Bombeiros a dirigi-la, deve ser a Autoridade Nacional de Proteção Civil, pelo que gostava de saber se considera ou não que deve haver uma carreira de gestão de emergência, isto é, se qualquer bombeiro está preparado, neste momento, para ser CADIS (Comandantes Operacionais de Agrupamento Distrital), CODIS (Comandantes Operacionais Distritais) ou mesmo COM (Comandante Operacional Municipal).

A terceira questão tem a ver com o seguinte: gostaria que me concretizasse essa ideia, que me parece muito interessante, do número mínimo de elementos que fazem parte dos Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC) — é uma proposta concreta que nos traz.

Depois, temos dúvidas, porque nos fala da tipificação das corporações. A verdade é que hoje isso não corresponde a nada, do ponto

de vista do terreno. Gostava de saber como é que isso pode ser feito — através da tipificação de financiamento?

Uma última questão, que as próprias autarquias nos colocam, tem a ver com a definição do financiamento das autarquias com bombeiros profissionais. Isto é: as autarquias, hoje, querem ver-se livres das corporações de bombeiros que têm, porque o encargo que têm não tem uma correspondência com aquilo que é o financiamento dos bombeiros voluntários. Eu gostaria que comentasse também esta questão.

O Sr. Coordenador: — Para responder às questões colocadas, tem a palavra o Sr. Presidente da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais.

O Sr. Fernando Curto (Presidente da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais): — Sr. Presidente, antes de mais, quero agradecer a disponibilidade que manifestaram para me receber — felizmente, já não é a primeira vez — e espero também contribuir, através da Associação, com algumas propostas, para que o vosso trabalho seja facilitado.

Trouxe comigo uma súmula do que são as nossas propostas e as nossas críticas ao Dispositivo — algumas das quais, aliás, acabam por estar contidas nas respostas que irei dar às vossas perguntas — que, no final da reunião, irei deixar aqui convosco.

Sr. Deputado, quanto à primeira questão, relativa à dificuldade da mobilização e da articulação de meios, o que nos parece é que a organização piramidal da estrutura dos bombeiros não está bem «oleada». E o que é não estar bem «oleada»? É que a hierarquia, muitas vezes, não funciona, em termos da resposta que é preciso dar, ou seja, há toda uma interligação existente no papel — o CNOS (Comando Nacional de

Operações de Socorro), o CDOS (Comando Distrital de Operações de Socorro), os GRUATA, os Serviços Municipais de Proteção Civil —, mas esta interligação, muitas vezes, é dificultada porque fica tudo centralizado em quem comanda, o CNOS, e na decisão dos comandantes.

E, de facto, aí, há situações que, muitas vezes, não funcionam. Posso dar-vos o exemplo, que costumo dar, que é o meu caso concreto, enquanto Comandante da 1.<sup>a</sup> Companhia do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa, que tem uma estrutura de comando na cidade de Lisboa, que pode reportar-se para o País. Ora, eu, enquanto comandante, se não tiver uma resposta e se as minhas diretivas não seguirem o circuito até ao último elemento, de certeza absoluta que a «casa arde» ou que as coisas não correm bem.

Portanto, atendendo a que é uma estrutura grande, deveria haver (e, mais à frente, falarei sobre isto detalhadamente) alguma formação e também alguma organização operacional, que está explanada no DECIF (Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais).

Como os senhores sabem, o DECIF é um documento muito bem elaborado, mas, depois, na prática, não corresponde. Todos os anos, lemos o DECIF e, se tivermos o cuidado de analisá-lo, verificamos que há poucas alterações. Ou seja, há uma ou outra, aqui e acolá, mas acaba por ser um pouco o retrato da situação, que é a distribuição das forças e também a estrutura de comandamento.

Agora, Sr. Deputado, vou juntar as duas próximas perguntas e responder, em conjunto, às duas. O que nós sentimos na estrutura de comando e de combate é o seguinte: antes de deixar de haver os governadores civis, havia toda uma organização que tinha um patamar intermédio, que era o governador civil, que era o representante do Governo. Ora, esse governador civil fazia um trabalho excelente. E qual era o

trabalho excelente que ele fazia? Além de apoiar os bombeiros financeiramente, tinha todo um poder sobre o CODIS e, inclusivamente, sobre o CONAC, e também na ligação com as câmaras municipais. O que é que, em nosso entender, acontece, neste momento, e vem acontecendo? Há aqui um vazio, porque as incumbências do governo civil, direta ou indiretamente, estão delegadas no CODIS, ou no GRUATA, ou no comandante distrital. E o que é que acontece? Acontece que, nos incêndios florestais, mais concretamente, quando há envolvimento de mais de um município, há envolvimento de mais de um presidente. E quem é que gere politicamente a decisão política dos presidentes de câmara? Cada um deles diz invariavelmente: «No meu município mando eu!». Ou seja, não há poder operacional que possa opor-se ao poder político do presidente de câmara. Ora, isto, no combate, na distribuição de meios e naquilo que tem a ver com a organização no terreno, veio, em nosso entender, tirar uma valência que seria o tamponamento — isto é, na ligação do Governo, do Ministério da Administração Interna, neste caso concreto, com o governo civil, ele acionava o meio distrital, se tivesse de acionar, chamava os CODIS (Comandantes Operacionais Distritais), chamava as câmaras municipais — «Venham cá todos, se faz favor» — e dizia: «Vai ser assim». Ora, essa decisão deixou de existir e, deixando de existir — agora, está, indiretamente, nos GRUATA, mas estaria nos CODIS —, não há aqui nenhum poder, nesse aspeto.

É que, repare, depois, temos a questão de o comandante distrital ou qualquer comandante retirar as forças do município *a* para o município *b*, e o presidente da câmara perguntar: porquê? E o comandante tem de estar a explicar o porquê, por que razão não houve essa tal reunião que antecedeu ou que teve lugar durante os incêndios, no sentido de poder haver essa

articulação e a própria decisão. É porque, muitas vezes, o que falta aqui é a decisão em relação à questão do combate.

Em relação à questão, também colocada pelo Sr. Deputado, de os bombeiros chegarem exaustos ao teatro de operações, essa é uma questão que já vimos colocando há mais de cinco anos e que tem a ver com a logística dos bombeiros. Nós comparamos os incêndios florestais, atendendo à sua grandeza (no sentido negativo, é claro), a uma guerra. Costumo dar o exemplo de que os soldados americanos no deserto tomam banho, têm lá balneários e tudo isso... É uma comparação muito extensiva, mas serve para vos dizer o quê? Para vos dizer que a logística que os bombeiros têm no teatro de operações ou é nula ou é muito reduzida. E qual é a logística? São equipas que vão deslocadas de qualquer ponto do País, que deveriam ter sempre — e fisicamente há isso, pois todos os municípios têm quartéis, escolas, auditórios, anfiteatros, pavilhões — uma zona de concentração e reserva, para que essas equipas, acionadas pelo CNOS, pelo CDOS, enfim, por quem efetivamente está no terreno, não fossem encaminhadas diretamente para o teatro das operações. Deveria ser feito um compasso de espera, de «retiro» (se me permitem a expressão) e, a partir daí, logo que chegassem, era comunicado ao CDOS ou ao comando operacional que estivesse nesse momento no local o seguinte: «Temos aqui 20 homens que vieram de Lisboa». Isto é um aspeto da questão.

Um outro aspeto é o de que os homens só têm de ir equipados com o equipamento individual. Nós até defendemos, na altura, que deveriam ser transportados num autocarro, pois era mais barato, 20 ou 30 homens que era preciso colocar em Coimbra ou no Porto — de onde, aliás, fizeram parte alguns sapadores bombeiros de Lisboa, noutros tempos —, que eram recrutados, e, assim, as pessoas chegavam em condições físicas e psicológicas, levando o seu equipamento individual, o seu capacete, enfim,

tudo aquilo que tem a ver com a intervenção. E porquê (e aqui o Sr. Deputado colocou uma questão que é transversal a outras que também foram aqui colocadas)? Porque há também aqui um «desgoverno» (se me permitem a expressão) relativamente às viaturas. E vou dar-vos um exemplo meu, concreto: como também sou presidente de uma associação humanitária de bombeiros, tenho uma série de viaturas, em Carnaxide, que são todas minhas e 90% delas não fui eu que as paguei — foi o Governo ou a câmara municipal —, mas o título de propriedade é meu. Felizmente, isto já foi alterado, porque, agora, através do QREN, essas viaturas já ficam adstritas à Autoridade Nacional de Proteção Civil, o que é uma vantagem. E, de facto, essas viaturas não têm de ser retiradas. Se, por exemplo, no município de Penamacor, há necessidade de intervir, os bombeiros que vão daqui têm obrigação de trabalhar com as viaturas que estão lá. Não o fazem porque não há tipificação de viaturas. E, agora, já está um pouco melhor — e devemos dizê-lo, pois também não está tudo mal—, na medida em que houve uma organização bastante grande, nos últimos três, quatro, cinco anos, na tipificação de viaturas, a Autoridade preocupou-se com isso, e nós fizemos parte de um grupo de trabalho onde opinámos. E, se isso fosse ultrapassado, o problema estava resolvido. É que deixem-me dizer-vos com toda a franqueza: em Portugal, não há falta de viaturas para extinguir incêndios — digam o que disserem, não há. Agora, o que me parece é que os recursos humanos deveriam utilizar os recursos materiais que cada município tem, seja num corpo de bombeiros, seja em vários corpos de bombeiros, que é o que não acontece.

Em relação à questão dos meios aéreos, acho que os meios aéreos são imprescindíveis no nosso País — e imprescindíveis enquanto meio de ajuda aos bombeiros. E são importantes, até porque há, e bem, e já não é de agora, as equipas da FEB (Força Especial de Bombeiros) que são

helitransportadas e que estão no terreno, que são uma ajuda muito grande, atendendo muitas vezes à situação do terreno e à não progressão no terreno, em termos humanos, com as próprias viaturas, e à falta de aceiros. Ora, esses meios aéreos servem, de certo modo (para não dizer totalmente), para minimizar e terminar os incêndios.

Em relação às máquinas de rasto, esse é outro problema, Sr. Deputado. É que as máquinas de rasto, se os planos municipais de emergência e os planos distritais de emergência fossem cumpridos e devidamente organizados, isto estaria implementado. E porquê? Porque deveria haver um inventário, em cada município, das máquinas de rasto, dos proprietários, das empresas, que o presidente de câmara, na altura, o governador civil, ou quem acionasse os planos de emergência, iria lá solicitar para que fossem usadas.

Com toda a franqueza, penso que não há necessidade de fazer essa aquisição. Haverá, um ou outro ponto, onde efetivamente haja essa falta. Mas, de uma forma geral, os planos de emergência contemplam essa situação. E eu, enquanto industrial de um determinado município, por exemplo, se tiver lá três ou quatro máquinas de rasto, obrigo-me a dispensá-las para esse fim.

Claro que aqui há toda uma organização legal, de impedimento ou não, em relação às máquinas de rasto.

Sobre o fogo controlado, gostaria também de vos dizer que o fogo controlado tem sido um grande problema dos bombeiros, que não o sabem dirimir. É que eu não quero vir aqui dizer que os bombeiros não têm culpa nenhuma, porque nós temos muita culpa. Muitas vezes, procuramos dizer que os bombeiros não têm culpa, mas não é verdade. Muitas das situações que ocorreram neste e noutros anos têm a ver com os bombeiros, com a nossa estrutura, com nós próprios — e, mais adiante, falarei disso —, e isso



entronca no fogo controlado. Não sei se os senhores sabem, mas, este ano, houve inclusivamente civis que fizeram fogos controlados... Houve civis que, por seu livre arbítrio, começaram a incendiar uma série de coisas em determinados locais. Ora, o fogo controlado tem de ser feito por pessoas especializadas, com autorização. Mas também houve bombeiros e comandantes que o fizeram.

Portanto, um fogo controlado tem de ser feito, como certamente os senhores saberão, por equipas especializadas, sob o comandamento do comandante, seja o comandante direto no terreno, seja o do CODIS, isto é, tem de haver alguma pessoa que comanda, alguma pessoa que, da hierarquia, diga «nesta área e neste perímetro, temos de fazer um fogo controlado, e, nesse fogo controlado, temos de colocar, a oeste, 20 bombeiros, a norte, 30 bombeiros, porque o fogo vai sair para aí». Isto depois de fazer uma avaliação meteorológica e uma série de outras avaliações, inclusivamente uma avaliação da própria floresta, de como ela poderá reagir (se é de pinheiros, de giestas, etc.). Enfim, essa equipa é obrigada a ter conhecimentos de tudo isso, e não pode ser mais ninguém a fazê-lo — não pode ser um «curioso» a fazer um fogo controlado, porque este fogo controlado poderá transformar-se em coisas nas quais já se transformou este ano.

Assim sendo, esta é uma questão que também tem de ser revista. E, aí, peço desculpa, mas é culpa dos comandantes. Os Srs. Comandantes que estão no terreno devem ter essa fiscalização e essa responsabilidade, porque eles não podem, de modo algum, ver ou saber que ocorreu um fogo controlado e depois... Dir-me-ão que, na hora, não o poderão fazer. Admito que sim, mas, *a posteriori*, quando se fazem os *briefings*, terão de fazê-lo para que não ocorra noutra local e possa ser evitado. É lógico que, estando ele a coordenar as forças, não pode estar... Mas, quando os

*briefings* são feitos — e, muitas vezes, também não são feitos — deverão fazê-lo. É porque, no final de cada incêndio, deve haver um *briefing* com todos os comandantes, para que, num próximo incêndio, possam corrigir-se situações que ocorreram neste. E esta situação do fogo controlado é uma delas.

Ao Sr. Deputado do PCP eu gostaria de dizer o seguinte: em relação à formação dos bombeiros e à Escola Nacional de Bombeiros, nós somos muito críticos. Já o escrevemos e já o enviámos ao Sr. Ministro da Administração Interna. E porquê? Porque não entendemos, nem conhecemos nenhum país da Europa em que uma entidade privada gira uma escola pública paga pelo Estado. Ou seja, o que acontece, neste momento, é que a Escola Nacional de Bombeiros, como sabem, é gerida pela Liga dos Bombeiros Portugueses, desde o seu início, desde a sua génese, e quem financia essa Escola é a Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Posso também dizer-vos que, há pouquíssimo tempo (para não dizer, há dois ou três anos), a Escola Nacional de Bombeiros só tinha formadores, não tinha licenciados.

Depois, ainda em relação à questão da Escola Nacional de Bombeiros, em termos pedagógicos, ela deve ter um Professor Doutor, deve ter um Mestrado, deve ter uma pessoa que tenha condições pedagógicas para geri-la, deverá ter alguém técnico da área dos bombeiros da proteção civil.

Ou seja, a Escola Nacional de Bombeiros, a exemplo das escolas em Espanha, é «Escola Nacional de Bombeiros e Proteção Civil» que tem toda a abrangência destes setores onde há técnicos que estão nas várias valências da proteção civil, dos bombeiros e, quiçá, de outras, tais como as escolas de Bombeiros Profissionais de Barcelona, de Madrid, da Bélgica, os sapadores

bombeiros de Paris..., estes são exemplo real do que se devia fazer cá em relação à Escola Nacional de Bombeiros.

Não estou aqui a levantar nenhuma questão em relação a seja ao que for, o que acho é incorreto que uma instituição e uma confederação que representa associações façam a gestão de uma situação que tem a ver com a formação dos bombeiros.

Há ainda outra situação: a de que a escola de bombeiros tem de estar preparada. Vou repetir o que costumo dizer e que às vezes até entendem mal: a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais chegou a dar mais horas de formação (porventura ainda dá) no âmbito do quadro comunitário de apoio aos bombeiros voluntários, aos profissionais e aos privados do que dava à Escola Nacional de Bombeiros. Este é um facto facilmente constatável, para vos dizer que a Escola Nacional de Bombeiros tem de ser olhada numa perspetiva diferente, de mais-valia e superior, porque muitas vezes os bombeiros são tratados — e perdoem-me a franqueza — assim: «Ah, deixa lá estar... Isto...». Os bombeiros são técnicos de proteção civil, são profissionais que têm de ter condições para trabalhar, para dar resposta, para que se lhes possa exigir...

E, como tal, nesse aspeto, já fizemos chegar ao Sr. Ministro da Administração Interna a nossa questão em relação à Escola Nacional de Bombeiros... É porque eu também me sinto com legitimidade para pedir ao Governo que quero gerir a Escola Nacional de Bombeiros... Então, por que não, também, a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais? Qual é o critério? Também posso gerir... O Governo escolheu a Escola mas porquê? Tem de se alterar a legislação? Que se altere! Mas a Escola Nacional de Bombeiros tem de ser da Autoridade Nacional de Proteção Civil. A Liga dos Bombeiros Portugueses, a APBV (Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários), a ANBP (Associação Nacional dos Bombeiros

Profissionais) estarão lá, como nós estamos, no Conselho Geral, no Conselho Pedagógico, a contribuir com mais-valia..., mas a gestão direta, pedagógica, técnica e de organização da Escola Nacional de Bombeiros tem de ser da Autoridade Nacional de Proteção Civil!

E a questão não é financeira, porque vou dar alguns dados que mostram que não tem nada a ver com financiamento, pois talvez se gastasse menos dinheiro com esta organização que vos estou a dizer. Toda essa gestão e muitas das questões que estão aqui a ser levantadas, e que o têm sido ao longo dos anos, são um bocado caricatas para nós todos, Srs. Deputados!!

A questão começa pela Escola: a Escola Nacional de Bombeiros é gerida pela Liga, que tem um Casão de venda de equipamento da Escola Nacional de Bombeiros, que critica os seguros, mas também tem a Fénix Seguros que depende da Liga... Há qualquer coisa que não encaixa aqui bem... Todas estas situações e, concretamente, a da Escola Nacional de Bombeiros faz parte de uma crítica que fazemos publicamente há muitos anos, que estamos a fazer e que continuaremos a fazer.

E a Escola Nacional de Bombeiros funciona mal, porque...

O Sr. Pedro Lynce (PSD): — Mas a Escola, independentemente do seu funcionamento, é competente ou não em termos de formação?

O Sr. Fernando Couto: — Não, Sr. Deputado, não é. E vou explicá-lhe por que razão não é competente: é porque tem de ter quadros...

Eu estava a dizer ao Sr. Deputado que há dois ou três anos — sobre o último ano não sei — os formadores da Escola não eram licenciados, eram formadores...

E mais: esta Escola Nacional de Bombeiros tem de estar preparada. Se queremos valorizar o voluntariado (é curioso eu estar a dizer isto...), a Escola tem de ter uma estrutura que vá ao encontro dos bombeiros, que tenha formação pós-laboral (estou a falar do voluntariado), porque, se não for assim, é muito difícil os bombeiros voluntários frequentarem as escolas normalmente. Aliás, como saberão, em termos de formação a Escola Nacional de Bombeiros está ao mesmo nível da Escola do Regimento de Bombeiros Sapadores de Lisboa. Não quero compará-las, mas devia ser melhor, até, em termos de disponibilidade e da resposta que tem de se dar.

Em relação à articulação dos meios, já respondi, de certo modo, há pouco... Efetivamente o que me parece é que os meios, em termos da sua utilização... Isso tem a ver com o que referi: as viaturas que estão nos quartéis, a organização que tem de ser feita, que está no Dispositivo, mas que, depois, na prática, não existe... Lembro-me de que há uns anos (não sei se se recordam, foi, talvez, em 2006 ou 2007), houve um Presidente de Direção de bombeiros que se recusou a deixar sair os carros do quartel, porque eram deles!...

*Risos.*

Por amor de Deus, foi uma anedota, na altura. Felizmente, isto deixou de existir, porque (é verdade!) também foi criada legislação, através dos governos seguintes e todas essas questões foram dirimidas e houve mais meios.

Sobre os apoios disponíveis e a aquisição de equipamento, Sr. Deputado, eu gostava de dizer também (sou muito crítico, até por defeito profissional, pois sou bombeiro há quase 30 anos) que sobre a questão dos apoios financeiros para a Proteção Civil e para os Bombeiros (e desculpem

a minha frontalidade) os apoios estão é mal distribuídos, não é preciso mais dinheiro..., não é preciso mais dinheiro!

Dou-vos um exemplo muito concreto, que penso já ter sido aqui falado por alguém, que é o dos EPI (Equipamentos de Proteção Individual). Como sabem, estes e outros equipamentos são da responsabilidade da Autoridade, ouvidas a Liga e as Federações — e a Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais não tem de ser ouvida, porque, porventura, acham que não...! Mas posso dizer-lhes (e os senhores também já sabem, porque já foi dito neste Grupo de Trabalho) que em 2006 e em 2007 foram gastos 15 milhões de euros em equipamentos de proteção individual, e em 2008 e em 2009, 5 a 6 milhões pelos governadores civis. Estes 15 milhões foram adquiridos através da Liga e das Federações, os 5 a 6 milhões foram distribuídos pelos governos civis, ou seja, estes equipamentos davam quase para fardar um batalhão, para já não falar num regimento.

Porventura deviam fazer o que eu faço na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide, em que tenho entre 30 e 50 EPI's, o pessoal do INEM não tem o EPI distribuído, o pessoal que faz serviço de pantaletas — desculpem a expressão —, que é o serviço de saúde, não tem o EPI distribuído, está no armazém e quando está para socorro é que utiliza o EPI.

A gestão desses meios deveria ser repensada numa perspetiva de saber a quem dá..., tem de haver sempre um levantamento, porque existirão até associações com fundos de maneio, de receitas próprias — e, bem, de uma boa gestão — e que até podem contribuir para a aquisição deste equipamento. Haverá outras que não têm essa possibilidade e que têm outras dificuldades.

Sr. Deputado, vou mais longe para lhe dizer o seguinte: a Autoridade Nacional de Proteção Civil, na sua Circular/1/GP/ANPC/2013,

de 14 de março de 2013, a dado momento diz o seguinte, tipificando a venda das viaturas: veículo florestal (portanto, em termos de viaturas em segunda mão, e me permitem a expressão), que combate incêndios florestais com 15 anos — 115 000 € veículo rural de combate a incêndios florestais com 15 anos — 115 000 €

Pergunto: quando me pedirem carros dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide para irem para o teatro de operações eu vou mandar estes, que são os mais velhos, vou mandá-los para lá porque me vão pagar. Ou seja, até nisto a situação não é equitativa nem equilibrada: veículo urbano de combate a incêndios com 15 anos — 159 500 € Estas são situações que não podem ocorrer, porque efetivamente não é esta a realidade! Os carros que tenho não valem esse dinheiro, peço desculpa. Na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide tenho carros bons, mas que com estes anos não custam este dinheiro. Portanto, tudo isto devia ser revisto numa perspetiva não de me ajudar a mim e não permitir que eu utilize ou crie situações que não são as correntes.

Em relação aos EPI eu queria aqui prestar homenagem ao anterior Governo e ao atual, que são muito maltratados por causa de verem bombeiros mal fardados, mas eu volto a dizer: os bombeiros estão mal fardados, porque as estruturas dos bombeiros não fazem esse trabalho. Não fazem esse trabalho, peço desculpa!! ,E depois, a Autoridade Nacional de Proteção Civil deveria, também — já o faz, é verdade que foi criada anteriormente legislação nesse sentido —, fiscalizar mais e saber efetivamente onde está esse equipamento. São situações que deveriam ocorrer.

Em relação à questão de falta de população no mundo rural, os senhores saberão melhor do que eu — se o meu concelho tinha 12 freguesias com 5000 ou 6000 habitantes, agora com freguesias de 800

habitantes ou com 500..., é lógico que sem pessoas não há bombeiros. Aqui, portanto, a lacuna é igual ou idêntica e irei falar também, um bocadinho mais à frente, desta situação, que posso já adiantar que tem a ver com aquilo que defendemos e que também já aqui foi referido pelo Sr. Deputado Miguel Freitas, que são as áreas urbanas, as áreas metropolitanas e as áreas intermunicipais. É preciso rever esta estrutura física do Estado português, pelo Governo português, no sentido de haver uma mais-valia em relação a tudo isto.

Neste momento, essa mais-valia existe, em termos de áreas de intervenção dos bombeiros, mas, em termos políticos e de decisão, não existe, não existe! E penso que seria muito importante que dentro de uma Área Metropolitana de Lisboa e Porto, que serão, neste caso concreto, as mais significativas, e, depois, criar as áreas intermunicipais, criar toda uma estrutura que aumentasse os efetivos, juntasse as forças humanas e materiais e gastasse menos dinheiro.

Esta é, de facto, uma situação que consta do documento e da qual os Srs. Deputados também se poderão dar conta.

Em relação ao ordenamento florestal, deixem-me dizer-lhes o seguinte: nós temos sido muito críticos em relação a isso, porque os incêndios florestais têm uma «balança», em que de um lado está o Ministério da Administração Interna e do outro lado está o Ministério da Agricultura. No Ministério da Administração Interna, a balança está em baixo, no Ministério da Agricultura, a balança está em cima. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que também com os bombeiros deveria haver todo um trabalho de prevenção — e aí não podemos esquecer as autarquias — que permitisse toda uma situação de organização, de prevenção para salvaguardar a situação do combate. Ou seja, investimos rios de dinheiro, o Governo investe rios de dinheiro no combate precisamente porque há uma



falta e uma necessidade de ter preparado o terreno para os bombeiros gastarem menos e terem um trabalho mais facilitado e melhor organizado.

Efetivamente, essa é, sem dúvida, uma questão que pensamos que deveria ser resolvida, até porque deixem-me dizer-vos que em todos os municípios do País há corpos de bombeiros voluntários e profissionais. Se há voluntários, então, têm de ser mesmo voluntários, têm de, durante o defeso, fazer todo um plano com as juntas de freguesia, na Casa do Povo, falar com os agricultores, que é fácil de fazer: «Olhem, querem queimadas? Digam lá como as querem fazer. Temos um pronto-socorro e um autotanque, ajudamo-los, queimamos isso tudo e está o problema resolvido!»... Isto não é feito, não é feito!!

Dou-vos mais um exemplo que nos diz, concretamente, respeito a nós, cidade de Lisboa: o Casal Ventoso, antes de estar como está agora, tinha penhascos, tinha uma série de ervas, e todos os anos íamos para lá três ou quatro vezes e ainda não estávamos a chegar ao quartel... E porquê? Porque eram barracas, havia ratazanas e as pessoas deitavam-lhes fogo e lá iam os bombeiros apagar. Ora, o Sr. Comandante falou connosco e disse-nos: «Vamos pôr lá um pronto-socorro e um autotanque e vamos queimar aquilo tudo». E assim tivemos o problema resolvido e nunca mais fomos para lá cinco ou seis vezes. Todos os anos, no início, em março, abril, quando começava a primavera e os arbustos começavam a secar, íamos lá, queimávamos aquilo tudo e nunca mais o Regimento foi para lá cinco ou seis vezes.

Este exemplo poderá ser pouco comparável, se assim quiserem, mas é uma referência em relação... É porque muitas das situações, em termos do ordenamento florestal, têm a ver com isso.

Vou dar outro exemplo positivo que é o da Reserva Natural da Serra da Malcata, que conheço. Não há lá incêndios e há poucos bombeiros

nos Bombeiros Voluntários de Penamacor. E Porquê? Porque chegam lá rapidamente, o alarme é dado rapidamente e todo o ordenamento da Serra da Malcata permite que até determinados sítios possamos lá ir em viatura própria. Eu já fui com o meu carro até determinados sítios, porque há acessibilidades, há todo esse ordenamento que era necessário fazer e que tinha de ser feito.

Mas, quanto a isso, aí não temos muito a fazer, como imaginam... Nós estamos no final da cadeia e aí não há Comandante que resista, não há legislação ou argumentos que resistam, porque estamos no final da cadeia e deparamo-nos com a questão que tem a ver com a situação concreta do ordenamento rural.

Em relação às questões levantadas pela Sr.<sup>a</sup> Deputada do Bloco de Esquerda, o *dossier* que ontem enviámos é um pouco a súmula de um *dossier* que temos e que é muito maior. Já tivemos reuniões com todos os Srs. Deputados ao longo destes anos, e ultimamente também, e temo-vos entregue documentos detalhados e que referem muitas das conclusões que hoje estamos a tirar e que tirámos no ano passado.

De facto, essas situações que têm a ver com as medidas que nós aqui preconizamos, do ordenamento, do combate, eu referi-as, nesta Assembleia, quando a Sr.<sup>a</sup> Deputada Leonor Beleza era Presidente de uma Comissão em 2005, salvo erro... Isto só para dizer que muitas das coisas que foram ditas e apuradas por todos vós — e bem! — e que foram compiladas — e bem! — por esta Casa depois não foram aplicadas..., não foram aplicadas!... Se o tivessem sido haveria, de certeza absoluta, uma razoabilidade maior em relação à questão dos gastos, que é o problema que nos preocupa a todos, e haveria alguma razoabilidade em relação às soluções.

Sobre a questão da definição de números em relação às viaturas e a toda essa situação, isso é fácil de constatar: a Autoridade Nacional de Proteção Civil (penso que outro Sr. Deputado também me colocou esta questão) tem inventariadas, neste momento, todas as viaturas que estão em cada corpo de bombeiros, tem tudo inventariado (e se não tem, devia ter) e é fácil constatar quantas viaturas, a respetiva tipologia, se são autoescadas, se são autotanques — falo assim para entenderem melhor, não vou dizer aqui as siglas... —, se são autotanques, se são autoescadas, se são prontos-socorros mistos de autotanques e autoescadas, que levam seis bombeiros, ambulâncias... Enfim, há toda uma relação que está inventariada e os próprios municípios, que apoiam as associações humanitárias, também têm essa inventariação. Portanto, cada associação... Por exemplo, o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras tem em seu poder um documento que contém informação sobre todas as viaturas e todos os bombeiros que estão em atividade e há uma obrigatoriedade de comunicar ao município quando saem os bombeiros por causa do seguro, porque senão a Câmara continua a gastar o dinheiro do seguro e o bombeiro já não está lá.

Portanto, há toda essa organização... Mas aí, como vos digo, é uma iniciativa que será sempre da responsabilidade dos municípios até para eles próprios terem uma vantagem grande no apoio que dão aos bombeiros.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, em relação ao debate político com as associações da classe, eu gostava de lhe dizer o seguinte: quase a final dos incêndios florestais do ano passado, a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais propôs — e já vos digo porquê — à Liga dos Bombeiros Portugueses e à Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários que nos juntássemos no final da época dos incêndios florestais. E porquê? Porque todos nós produzimos propostas para legislação e todos nós vos chateamos... A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais propôs

que fizéssemos um *dossier* conjunto e uniforme e que vos fosse entregue já com todas as nossas críticas e com toda a conjugação destas três entidades.

Não conseguimos reunir com a Liga dos Bombeiros Portugueses, que nem sequer nos respondeu; a APBV respondeu, mas não conseguimos concretizar esta iniciativa. Isto não é uma crítica, mas é um lamento, porque, efetivamente, penso que estas três instituições estarão porventura a fazer propostas em duplicado. Ora, se trabalhássemos em conjunto seria um *naípe* de propostas, um *dossier* único que os senhores avaliariam e poderiam usar se assim o entendessem.

Em relação à situação da definição dos financiamentos para as autarquias locais essa é uma questão incrível e que tem de ser revista por vós e pelo Governo rapidamente. E porquê? Dou-vos um exemplo: eu, Fernando Gabriel Dias Curto, Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide, tenho mais poderes para comprar carros e pedir dinheiro à Autoridade Nacional de Proteção Civil do que o Presidente da Câmara e a desculpa é a de que o Estado não pode financiar o Estado...!

Isso acontece e está a rebentar pelas costuras em relação aos sapadores bombeiros e aos bombeiros municipais. Ou seja, há que rever aqui a situação da transferência de verbas do Governo para as autarquias locais ou vão numa rubrica específica para a Proteção Civil e se não forem gastas nesse ano transitam para o ano seguinte em relação à proteção civil, mas tem de haver, de facto, um apoio grande.

Dou-vos, ainda, um outro exemplo para entenderem melhor isto: quando houve o incêndio em Mortágua, onde morreram os bombeiros sapadores, ardeu lá a viatura deles. O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra de então, o Dr. Carlos Encarnação, viu-se e desejou-se para que a Autoridade Nacional de Proteção Civil lhe pagasse o carro que era da

autarquia. Se fosse de uma associação era mais fácil... Ora, isto não pode acontecer, isto é perverter aquilo que é a organização de um município — e eu contra mim falo e é nestas questões que eu penso que os bombeiros têm de ser objetivos e têm de olhar-se um pouco ao espelho, isto é, quem dirige as associações dirige instituições.

Isto porque a candidatura para a viatura faço-a num instante: se eu arranjar 5%, se vier uma empresa que me dê mais 10%, a câmara também me dá e compro; mas se for a câmara municipal a pedir diretamente à Autoridade esta não dá porque não pode dar, porque há inviabilidade legal, porque o Governo não pode apoiar o Governo!... Ora, isto acontece, neste momento, com os bombeiros sapadores e municipais com o ingresso na carreira, com as promoções, com a falta de efetivos. Portanto, é uma situação que tem de ser revista com a maior urgência possível.

Sr.<sup>a</sup> Deputada do Partido Socialista, em relação às questões que me colocou a algumas já respondi. Aliás, a primeira proposta apresentada é reformular o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro. Neste momento, o SIOPS tem de ser reorganizado atendendo a que, em tempo, deixou de ter viabilidade, saíram os governadores civis, em termos da cadeia de comando foram criados os GRUATA (Grupos de Reforço de Ataque Ampliado), os COM (comandantes operacionais municipais), os CADIS (comandantes operacionais de agrupamento distrital)... Ou seja, se o SIOPS não for revisto rapidamente para o ano não serve de instrumento de utilização, ou se servir vai ser um pouco coxo, porque não se enquadra a situação que tem que ver com o SIOSP...

E dou-lhe um exemplo em relação aos bombeiros municipais das câmaras municipais, que são da área de intervenção quer jurídica quer operacionalmente dos presidentes de câmara: um graduado dos bombeiros municipais vai para um fogo, um subchefe de 1.<sup>a</sup> classe; entretanto, por

contingências das operações, vai também um chefe dos bombeiros voluntários. Ora, a «guerra» que existe é que o chefe dos bombeiros voluntários quer mandar no comandante dos bombeiros municipais. Isto acontece entre os próprios corpos de bombeiros!... Mas então o que é isto?!...

Aqui não há uma questão de «galos nem de poleiros»! Há que desempenhar cabalmente... O SIOSP prevê um pouco isto, ou seja, a desorganização é um pouco neste sentido.

Falarei também noutra questão em relação ao SIOSP quando responder ao Sr. Deputado Miguel Freitas, mas gostaria, ainda, de referir aqui à Sr.<sup>a</sup> Deputada o seguinte: em relação à logística já respondi, em relação a toda a organização de comando também de certo modo já respondi, mas queria aqui vincar, porque me parece importante, o papel dos governos civis na estrutura de comando, porque — deixe-me dizer-lhe — temos muita dificuldade em entender e quem está no teatro de operações...

Aquilo que vos estou a dizer aqui, hoje, não é da minha alta recreação, é porque fizemos uma pesquisa junto dos comandantes, junto dos bombeiros, fizemos um trabalho minucioso no sentido de vos podermos trazer aqui aquilo que é o mais próximo possível da realidade que se passou no terreno.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, quanto às estruturas de que falei em relação ao SIOSP, há neste momento dificuldade em exercer poder para isso e, como tal, há muita dificuldade, também, em reorganizar os meios, o que vai contra a coordenação e a decisão. Ou seja, não havendo essa coordenação, a decisão é muito complicada de obter. Portanto, a decisão tem de ser... Eu sou profissional e cumpro a hierarquia porque tenho de cumpri-la, porque quando não se cumpre a hierarquia há sempre algo que corre mal. Ou seja, o comandante tem de cumprir religiosamente aquilo que é deliberado pelo

CNOS, pelo CODIS, seja por quem for e, muitas vezes, ou porque não há pessoal, ou porque chegaram atrasados, ou porque não há gente ou por isto ou por aquilo, essa decisão não é dada, nem é cumprida.

Ora, cria-se aqui um vazio muito grande naquilo que tem que ver com o teatro de operações... Dou-vos, também, um rápido exemplo: quando os Bombeiros Sapadores de Lisboa foram para um incêndio, há três ou quatro anos, em Viana do Castelo, chegaram lá duas equipas dos Bombeiros Sapadores de Lisboa e fizeram o trabalho normal: apresentaram-se ao CODIS, ao comando operacional, os chefes que estavam a comandar os 18 bombeiros que estavam lá, disseram-lhes: «A vossa área é esta, o incêndio está aqui, façam o favor de intervir». Foram para o terreno, para o teatro de operações e extinguiram o incêndio; fizeram o seu trabalho!

À noite foram jantar a um restaurante e pergunta-lhes o dono do restaurante: «Os senhores são de onde?», ao que eles responderam: «Somos de Lisboa». Nova pergunta: «Então, apagaram o fogo hoje... Mas os outros já aqui andavam há uma semana e não conseguiram apagar o fogo!... Que raio fizeram vocês?»...

Portanto, isto foi um facto, ou seja, há toda uma organização... E isto tem que ver com a questão que é muito delicada, mas que é verdade — e os senhores têm de aceitá-la com muita fraqueza —, que é a situação profissional deste setor. Este setor não pode viver exclusivamente dos bombeiros voluntários. A estrutura dos incêndios florestais, enquanto estiver assente nos bombeiros voluntários, é uma falácia — aliás, já não há bombeiros voluntários, pois são todos pagos, há muito poucos bombeiros voluntários que não são pagos.

Em relação a isto, gostava de vos dizer o seguinte: essa situação deveria ser salvaguardada. Se eu não tivesse 34 bombeiros profissionais na

freguesia de Carnaxide a esta hora não tinha lá nenhum voluntário!... Peço imensa desculpa, mas isto é um facto! Não é por maldade ou porque eles não querem ir, é porque as pessoas não podem! Eu não posso criticar o empregador, o industrial, que não dispensa os bombeiros.

Dou-vos outro exemplo rápido: a fábrica de chocolates *Mars* tinha na sua cadeia de montagem dois bombeiros que trabalhavam lá e estavam nos bombeiros de Carnaxide. Um dia tocou a sirene, os bombeiros saíram, a linha de montagem parou; a segunda vez saíram, a linha de montagem parou; mas à terceira vez o francês chamou-me lá e disse-me: «Isto não pode ser assim. Eu pago à Câmara, eu pago ao Governo, os bombeiros não podem sair daqui!»... Ele até chamou sapadores aos voluntários, porque lá em França não há: «Os sapadores não podem fazer isto... Isto não pode ser, ou são bombeiros ou são trabalhadores da minha instituição!»...

Conclusão: os homens deixaram de ser bombeiros voluntários, porque a fluidez de trabalho, que era por turnos e rotativo, não lhes permitia isso.

Portanto, eu não quero profissionalizar todos os bombeiros portugueses, nada disso e sabem porquê? Porque todas as associações do País já vivem com os grupos profissionais que já têm, porque se não, Srs. Deputados, não viviam.

Podem vir dizer o que quiserem a esta Assembleia e a todos vocês, mas não podemos ter um pensamento do século XVIII!... E eu tenho as duas realidades: sou presidente de uma associação de bombeiros voluntários há 12 anos e sei quais são as dificuldades que tenho... Já dei aulas, pus lá a minha mulher a dar aulas aos bombeiros, distribuo-lhes verbas... Mas é muito difícil por vários fatores: por fatores sociais, devido à *internet*... Eles não têm para onde ir e não vão para lá, não querem



sujeitar-se a regras, não há hipóteses. São estes fatores que, de certo modo, contribuem para isso.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada também falou aqui na questão dos Planos Municipais de Emergência e esta é também uma grande preocupação nossa e uma grande dificuldade que os comandantes têm no terreno. Eu tenho de defender um bocadinho os bombeiros, porque muitas vezes os comandantes — lá volto eu à tal questão da decisão... — não podem contrariar o presidente da câmara, porque ele diz: «Aqui quem manda sou eu e vocês fazem assim!»... Se nós dizemos: «Mas, ó Sr. Presidente, não pode ser, temos de mandar o carro para...», ele responde-nos: «Não senhor, eu é que...»...

Ora, vocês veem isto na comunicação social e em todos os lados. E porquê? Porque efetivamente se fosse acionado o plano municipal de emergência havia regras definidas e cada um faria o seu papel; se fosse acionado o distrital havia as regras definidas e cada um fazia o seu papel. Portanto, não havendo isso há esse regabofe — se me permitem a expressão, em termos construtivos...

Sr. Deputado Miguel Freitas, em relação à questão do retrato dos meios aéreos, eu já fiz referência ao inventário que a Autoridade Nacional de Proteção Civil tem. Volto aqui a dizer e assumo aqui perante VV. Ex.<sup>as</sup> que o Governo português, este ou qualquer outro, não tem necessidade de comprar equipamentos mecânicos. Poderá ter de comprar pontualmente numa zona ribeirinha, numa zona histórica, isso admito que sim, mas, de uma maneira geral, os bombeiros portugueses têm todos equipamentos bons, razoáveis e suficientes.

Portanto, quando se diz que não há equipamentos isso não é verdade e basta ver as viaturas que estão distribuídas para se darem conta daquilo que existe.

Em relação à formação da Escola Nacional de Bombeiros também já respondi. Quando o Sr. Deputado Pedro Lynce perguntou se a Escola tem condições, eu digo-lhe que a Escola Nacional de Bombeiros tem de estar, por exemplo, ao nível da escola espanhola. A escola espanhola tem um Professor Doutor que diz que, em termos pedagógicos, é assim, assim, assim, e que, em termos técnicos, é assim, assim, assim!... Ora, nós isso não temos! Temos um presidente... Enfim, a culpa não é do presidente, é da estrutura; tem é de se mudar a lei, porque, efetivamente, o que a lei diz é que a Escola é da responsabilidade da Liga dos Bombeiros Portugueses e isso tem de ser alterado com a maior urgência para bem do País e da estrutura e do relacionamento da estrutura.

Em relação à cadeia de comando e aos comandantes também gostava de vos dizer uma coisa que é muito importante: eu sou chefe de 2.<sup>a</sup> classe no Regimento e sempre concorri, sempre fui avaliado, nunca tive problemas com isso porque é a minha carreira. Os comandantes distritais não podem ser nomeados, os comandantes distritais têm de ser avaliados, têm de ser objeto de concurso, porque é uma situação delicada e importante. Então, mas são nomeados porquê? Bom, lá vou eu dizer mais uma coisa... É porque se calhar, porventura, interessa a muita gente que sejam nomeados, peço imensa desculpa de ser tão frontal, mas, neste caso concreto, não pode haver favoritismo nos bombeiros, não pode!!

Então, só porque o Curto é um indivíduo porreiro vai... Não é nada disso! Se o Curto for para lá é porque corresponde aos itens que foram delineados pela Autoridade Nacional de Proteção Civil. Se não for o Curto é o Manuel, se não for o Manuel é o Joaquim... Ou seja, esta questão dos comandantes..., não quer dizer que eles não tenham condições! Atenção: eu não estou aqui a pôr em causa integralmente a incompetência deles —

haverá alguma e foi detetada e está devidamente retratada —, mas o que eu entendo é que a Autoridade Nacional de Proteção Civil deveria...

Portanto ou se fazem contratos de quatro anos e os homens vão-se embora, se não forem reconduzidos ou se não concorrerem outra vez, ou tem de se arranjar uma estrutura onde eles se encaixem.

É a mesma coisa com os nomeados agora... Eu sou nomeado hoje, não faço mais nada, não tenho profissão; no momento em que sair do corpo de bombeiros, vou outra vez para o corpo de bombeiros como chefe? Não pode ser!!

Em relação à FEB (Força Especial de Bombeiros), Sr. Deputado, gostava de lhe dizer o seguinte: a FEB foi a força e a situação melhor e mais importante que o País criou em relação aos incêndios florestais e fico satisfeito por o Sr. Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil ter admitido para a FEB mais 70 bombeiros. Esta é a resposta mais eficaz naquilo que tem que ver com a responsabilidade do Estado em relação aos bombeiros. E porquê? Os bombeiros sapadores são da câmara municipal e só saem se tiverem um protocolo e se o Sr. Presidente da Câmara autorizar. Nas associações a situação é ambígua, porque são privadas. Quanto à Autoridade Nacional de Proteção Civil e ao Governo qual é a sua «força pretoriana» — desculpem-me a expressão? É a FEB, que tem feito um trabalho incansável, que tem feito horas fora do circuito e cujos elementos vêm dos bombeiros voluntários!

Aqui, deixem-me fazer um parêntesis para vos deixar um apelo que tem a ver com o seguinte, aliás, se me permitem a ousadia, até acho inconstitucional: para a FEB só podem concorrer bombeiros voluntários, não podem concorrer bombeiros profissionais...! Não sei porquê! Já da outra vez, não foi e, desta vez, também não foi permitido. Não sei porque é que bombeiros municipais ou sapadores não podem concorrer à FEB...

Depois, a FEB também tem de ter uma organização melhor, de cadeia de comando. E isto porquê? Porque os bombeiros que estão na FEB são chefes dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide, por exemplo, mas, depois, na FEB, fazem parte de uma equipa, não têm hierarquia; então, ficam sujeitos ao mando de quem? Ou seja, eles têm de ter uma carreira igual a outra carreira, por exemplo, igual ou idêntica à minha, que é da responsabilidade da Autoridade.

Portanto, Sr. Deputado, penso que esta é uma questão pertinente, deixe-me dizer-lhe, mas, neste momento, é sem dúvida uma mais-valia do País e da Autoridade Nacional de Proteção Civil. É curioso que, há cinco anos, dissemos que o então Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil deveria ter 500 bombeiros, ou seja, 500 no Norte, 500 no Centro e 500 no Sul, da responsabilidade da Autoridade e os problemas estavam acabados. Dizia-se a esses homens: «Meus amigos, a vossa obrigação é esta: primeiro, têm de tirar férias no inverno; segundo, o vosso período é este, este e este». E acabavam-se os problemas! Definiam-se as regras de quem queria ir, coadjuvados com os voluntários, coadjuvados com os sapadores, coadjuvados com os municipais, e estava a resposta feita e dada. Este é o modelo dos outros países e é toda a estrutura orgânica que temos...

Mas, efetivamente, tudo o que estou aqui a dizer será melhor se houver uma prevenção devida, uma organização do território devida, uma organização florestal devida, porque, de outra maneira, não há hipótese.

Mesmo só para terminar, Sr. Vice-Presidente, se me permite, eu gostava de dizer o seguinte: passou-se aqui uma coisa curiosa em relação ao combate, no domínio do qual também temos sido muito críticos — e este ano aconteceu isso. Em devido tempo — infelizmente, quando morreu o primeiro bombeiro —, dissemos, e fizemos chegar a quem de direito, a nossa opinião de que era preciso repensar o combate e que, em vez de se

fazer um combate direto, tinha de se fazer um combate defensivo, porque do modo como estavam a eclodir os incêndios tinha de se rever tudo isso. E porquê? Porque poderia haver mais mortes!

Escrevemo-lo, temo-lo aqui, fizemos um comunicado! Ninguém disse nada, ninguém fez nada!... E porquê? Porque é que tinha de se rever tudo isso? Porque não se pode estar com agulhetas de 50 milímetros, com um débito de água muito fraquinho, em incêndios de copa de 20 m ou 10 m!... O que é preciso fazer, e que os bombeiros portugueses não fazem, é usar motosserras! Não as usam! Os bombeiros portugueses não usam motosserras, não criam aceiros, não derrubam árvores, não fazem zonas de contenção, não esperam um incêndio, em vez de irem ao encontro dele...! Metem-se dentro do incêndio! Não pode ser! Eu não posso meter os bombeiros dentro de um incêndio!

Eu tenho de fazer toda uma zona de contenção, derrubando as árvores, tomando como referência os caminhos, os aceiros, as estradas, para o fogo não se propagar por copa ou por deslocação de matéria inflamável, de folhas e tudo isso. Esta é uma questão com a qual fico perplexo, porque a adoção de uma solução dessa natureza, por parte dos comandantes, iria minimizar muitas situações, iria contribuir para resolver muitas situações.

Agora, sim, Sr. Vice-Presidente, mesmo para terminar, em relação aos bombeiros, quero dizer que é importante que o DECIF (Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais) tenha em conta os bombeiros que manda para o terreno. Em Carnaxide, tenho três bombeiros (uma rapariga e dois rapazes) que não fazem parte do DECIF. Porquê? Porque não têm mobilidade física e não podem ir, porque se houver um problema não podem fugir. Tem de haver uma organização das próprias associações, dos comandantes distritais para «selecionar» esses homens. É que tenho de

ter condições de equipamento individual e condições físicas para fugir do fogo ou para me deslocar para zonas ardidas e me salvaguardar.

O que aconteceu este ano, infelizmente, foi que muitas das situações eram dessas, eram situações evidentes, mas que podem ser resolvidas e são resolvidas no que diz respeito aos bombeiros e ao combate.

O Sr. Coordenador: — Sr. Presidente da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais, muito obrigado pela sua disponibilidade e pelo excelente contributo que nos deu, a adicionar ao documento escrito que já nos tinha enviado.

Srs. Deputados, vamos fazer uma pequena interrupção nos nossos trabalhos.

*Eram 12 horas e 34 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.